

O materialismo histórico e a produção do conhecimento histórico: o debate entre Althusser, Thompson e Anderson

Eduardo Dean Knapp¹

Resumo: O presente trabalho aborda o debate entre Louis Althusser, E. P. Thompson e Perry Anderson sobre a concepção materialista da história. Em *A miséria da Teoria*, Thompson contrapõe o marxismo estruturalista de Althusser, que almejava conduzir o marxismo a um estatuto científico. Com diferentes concepções em relação à teoria e ao método marxista, Anderson aparece como mediador do diálogo. O objetivo geral do presente trabalho é apresentar e discutir as críticas de Thompson à Althusser, bem como apresentar as considerações de Anderson ao debate. No plano metodológico, trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica. Quanto aos resultados, verificou-se que Althusser ao transformar o marxismo numa teoria estática, ignora conceitos fundamentais de Marx, como por exemplo, a inteligibilidade da história, e os conceitos de classe e luta de classes como categorias históricas, de forma a considerar os agentes históricos como meros vetores da estrutura maior. É nessa perspectiva que Thompson retoma sua defesa da centralidade da história e do agir humano, por meio do conceito de “experiência” e em diálogo com o que ele chama de “lógica histórica”. Já Anderson, apesar de creditar o devido valor às críticas de Thompson, ao mesmo tempo apresenta ressalvas à determinadas concepções thompsonianas.

Palavras-chave: E. P. Thompson; Teoria da História; Historiografia; Marxismo.

No mesmo período em que cursava a graduação em História na universidade de Oxford, E. P. Thompson se filiou ao Partido Comunista da Grã-Bretanha, onde estabeleceu vínculos com os participantes mais ativos, entre eles Christopher Hill, Eric Hobsbawm, Maurice Dobb, John Saville, Raymond Williams, entre outros, que, posteriormente, formaram um grupo de estudiosos que foi denominado de “marxistas-humanistas”.

Em sua produção historiográfica, o “Grupo” se atentou às problemáticas teóricas do marxismo e também às questões históricas relacionadas à origem, desenvolvimento e expansão do capitalismo, buscando entender as mudanças sociais em uma perspectiva ampla que não se limitasse às questões econômicas. Tendo em vista essa concepção, estes historiadores desenvolveram uma abordagem comum que buscava analisar as problemáticas da história centradas na luta de classes e numa perspectiva a partir de baixo

¹ Acadêmico do curso de História da FACH/UFMS e bolsista PIBIC-UFMS. E-mail: eduardo.dean@hotmail.com

(*history from below*). “Tratava-se de produzir um modo de pensar, pesquisar, analisar e escrever a história que, partindo da experiência das classes subalternas, analisasse as relações dessas com as elites ou classes dominantes” (MACEDO, 2017, p. 33).

O “Grupo” esteve vinculado ao Partido Comunista da Grã-Bretanha (PCGB) até 1956, ano em que ocorreu o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, onde o secretário-geral, Nikita Krushev, expôs um relatório secreto denunciando os crimes cometidos por Stalin entre 1927 e 1953. Após o relatório ganhar notoriedade, cisões nos Partidos Comunistas ocorreram em todo o mundo, impulsionando também a saída de Thompson e de outros membros do PCGB.

Envoltos da necessidade de reorganizar o movimento comunista internacional para além da órbita soviética, tal como repensar o marxismo, Thompson e outros historiadores passaram a editar uma nova publicação denominada *The New Reasoner*, onde “já esboçavam críticas contundentes ao determinismo econômico, indicando a necessidade de resgatar a importância das relações socioculturais e da ação humana nos processos históricos” (MACEDO, 2017, p. 37). Posteriormente, com o agrupamento entre alguns dos dissidentes do PCGB e os estudantes universitários socialistas, surgiu um movimento político mais amplo que ficou conhecido como *New Left*. Esse movimento deu origem a uma revista com o nome de *New Left Review*² e buscou difundir uma renovação do pensamento teórico e prático marxista.

Entretanto, na contramão dessa perspectiva renovadora de alguns historiadores ingleses, especialmente de Thompson, o filósofo francês, Louis Althusser apresentou uma interpretação estruturalista do marxismo. No início da década de 1960, duas obras de Althusser, *Por Marx e Ler o Capital*, tiveram grande repercussão no meio acadêmico e para além dele.³ Esta interpretação do filósofo francês teve grande influência, mas também sofreu diversas críticas, e uma das mais interessantes foi a lançada por Thompson em *A miséria da teoria*, obra de 1978.

Para o historiador inglês, o estruturalismo de Althusser oferecia um desserviço às intenções de renovação do pensamento marxista. Em sua ótica, o marxismo

² A revista surgiu em dezembro de 1959 após a fusão de outras duas revistas; a *The New Reasoner* e a *Universities and Left Review*.

³ “O marxismo teve no ano de 1965 o lançamento de dois livros que marcariam profundamente não apenas o campo teórico/filosófico, mas também o político: *Pour Marx (PM)* e *Lire le Capital (LC)*, de Louis Althusser. As duas obras não passaram despercebidas, pois geraram um intenso e apaixonado debate tanto em torno de diversas questões relativas à obra teórica de Karl Marx quanto em torno dos seus efeitos políticos. As publicações de *PM* e *LC* estavam longe de reivindicar uma neutralidade no campo teórico marxista, ou mesmo de serem obras puramente teóricas e formais” (MOTTA, 2017, p. 109).

estruturalista era definido como, “obscuro, desumano e racionalizado”. Para Thompson, a interpretação althusseriana considerava as pessoas comuns (*ordinary people*) apenas como resultados de determinações estruturais e vetores passíveis no processo histórico, silenciando sobre a autonomia da classe trabalhadora e seus anseios.

Vale destacar que Althusser jamais respondeu às críticas lançadas por Thompson. Não obstante, em 1980, Perry Anderson decidiu participar do debate e publicou *Arguments within English marxism*.⁴ Nesta obra, Anderson procurou equilibrar e reconhecer os vários méritos tanto da obra de Althusser quanto da de Thompson, sem deixar de apontar os problemas de ambas. Apesar do impacto que a contribuição de Anderson alcançou, Thompson não o respondeu.

O objetivo geral do presente trabalho é apresentar e discutir as críticas de Thompson à Althusser, bem como apresentar as considerações de Anderson ao debate. O presente artigo está dividido em três partes. Num primeiro momento se explora as críticas de Thompson à primazia da teoria e ao discurso anti-histórico e economicista do estruturalismo althusseriano, uma vez que tal concepção busca anular as particularidades dos processos históricos, e também apresenta os limites enxergados por Anderson às elucidações thompsonianas. Na segunda parte se discute o método empírico e a defesa do agir humano em Thompson, bem como aos conceitos de “agência” e “experiência”. Por fim, na última parte, apresenta-se as críticas de Anderson às posições de Thompson sobre o materialismo histórico.

A crítica ao anti-historicismo althusseriano

Já nas primeiras páginas de *A miséria da teoria*, Thompson explica que Althusser realiza uma assimilação retroativa entre Marx e Espinosa. Ele argumenta que a interpretação que o filósofo francês apresenta sobre o marxismo é derivada principalmente da filosofia espinosiana. Por exemplo, a diferenciação categorial entre “objetos de conhecimento” e “objetos reais” foi elaborada a partir da distinção entre *idea* e *ideatum*. Para Espinosa a ideia [*idea*] verdadeira é diferente do seu ideado [*ideatum*], uma vez que uma coisa é a ideia do círculo outra coisa é o círculo. Nessa perspectiva, fatos e valores, razão e experiência são postos a partir de uma lógica dualista. Mas, assim

⁴ Em 2018, sob o título de *Teoria, Política e História: um debate com Edward Palmer Thompson*, essa contribuição foi traduzida e publicada em português pela editora Unicamp.

como Espinosa, Althusser tenta eliminar essa dualidade apontando a “causalidade estrutural”, a *causa immannes* [Deus] em Espinosa. É a partir dessa concepção que, segundo Thompson, Althusser recusa a ideia de que os homens e as classes são sujeitos conscientes da história. Sobre essa questão, Anderson (2018, p. 89), concordando com Thompson, argumenta que a concepção althusseriana:

Era uma reprodução exata da denúncia de Espinosa da *experientia vaga* como fonte de todo erro e de sua insistência implacável em que a ilusão arquetípica é a crença dos homens de que são livres em sua volição, quando na verdade são permanentemente governados por leis das quais não tem consciência.

A obra de Althusser apresenta uma crítica ao humanismo socialista que passou a se desenvolver no interior do marxismo a partir da década de 1950.⁵ Nesse período uma concepção ontológica e humanista ganhou destaque a partir de autores como: Jean Paul Sartre, autor de *Crítica à razão dialética*, Lukács, que escreveu *Ontologia do ser social*, e também, Thompson com *A formação da classe operária inglesa*. Tais concepções humanistas reafirmavam o papel e a liberdade dos homens ao mesmo tempo em que colocavam em um segundo plano as determinações estruturais. Por sua vez, Althusser, baseando-se fundamentalmente na leitura do chamado Marx maduro, especialmente, da obra *O Capital*, reafirmou o papel das determinações e apontou que o conceito de Homem não era o ponto de partida da análise.

No sexto capítulo de *Por Marx*, Althusser apresenta o que identifica como “Processo da prática teórica”, baseado no que caracteriza como *três generalidades*: Fatos e evidências – matérias primas (G1); Prática teórica (G2); Generalidade concreta (G3). A partir dessas três generalidades, Althusser (2015, p. 149) busca eliminar a historicidade, considerada por ele como “impureza ideológica”:

Mas o que é então a Generalidade I, ou seja, a matéria-prima teórica sobre a qual se efetua o trabalho da ciência? Contrariamente à ilusão ideológica (não “ingênua”, simples “aberração”, mas necessária e fundamental como ideologia) do empirismo ou do sensualismo, **uma ciência nunca trabalha sobre um existente, que teria por essência a imediatez e a singularidade puras** (“sensações” ou “indivíduos”). Ela trabalha sempre sobre o “geral”, mesmo quando ele tem a forma de “fato”. (...) Seu trabalho próprio consiste, ao contrário, *em elaborar seus próprios fatos científicos*, mediante uma crítica dos “fatos” ideológicos elaborados pela prática teórica anterior.

⁵ “De fato, tanto *Por Marx* como *Ler o Capital* são duas obras que se insurgiram contra a emergência dentro do marxismo após o XX Congresso do PCUS em 1956 da perspectiva filosófica humanista centrada no jovem Marx e, conseqüentemente, na rejeição dos aspectos científicos da obra de Marx posterior a 1845” (MOTTA, 2017, p. 110).

Na metodologia de Althusser, a matéria prima das ciências humanas, ou seja, os fatos e as evidências, são considerados elementos impuros, uma vez que estão envoltos de valores e conceitos morais. Dessa forma, aponta a necessidade de um processo de “limpeza”. Müller (2007, p. 105) destaca que na filosofia de althusseriana, “tais impurezas ideológicas são expurgadas pelo processo de análise e refinamento da prática teórica, e somente depois resultam em conhecimento (G3).”

De acordo com a perspectiva de Althusser, para que um conhecimento seja legítimo, a teoria (G2) deve atuar sobre o objeto (G1) de modo que este trabalho teórico da ciência o transformará em uma generalidade concreta (G3). Por conseguinte, afirma Althusser (2015, p. 149) que a ciência “não trabalha sobre um “dado” objetivo, que seria aquele de “fatos” puros e absolutos”.

Nota-se, na metodologia althusseriana, a intenção de determinar a história a partir de um princípio suficiente e universal, que na prática busca estimar de forma excessiva o pensamento teórico em detrimento da necessidade de legitimação através das fontes, por vezes empíricas (História real). O conhecimento purificado mediante a prática teórica, assim, só pode emergir no interior do pensamento, negando a possibilidade de qualquer paradigma de experiência de vida. Ou seja, o estruturalismo althusseriano aponta para a irrelevância da história como processo (MÜLLER, 2007).

Para Althusser, a História deveria discutir os fatos tendo em vista as determinações maiores - estruturais. Em sua visão, a História estava presa ao fato de forma isolada, ao acontecimento enquanto fato empírico, sendo necessário pensá-la a partir de uma lógica estrutural. Contudo, o problema da lógica althusseriana, aponta Thompson (1978), evidencia-se na tentativa de transformar o marxismo em uma teoria fechada em estruturas rígidas e imóveis que, por meio de generalizações, almejam explicar a totalidade dos aspectos sociais.

Thompson recusa o idealismo cientificista e em defesa da análise histórica “julga necessário definir os procedimentos da disciplina da história e a natureza do conhecimento histórico e, ao mesmo tempo, expor uma metodologia rigorosa, que denomina ‘lógica histórica’” (MÜLLER, 2007, p. 113). O historiador inglês defende que é imprescindível a comprovação empírica, afinal, não se pode menosprezar a história real. Thompson, enxerga a história como processo e uma estrutura imóvel e pré-estabelecida não pode explicar a complexidade social e suas particularidades.

Em contraponto ao pensamento althusseriano, Thompson (1981, p. 49) apresenta o método da “Lógica Histórica”, no qual: “O discurso histórico disciplinado da prova consiste num diálogo entre conceito e evidência, um diálogo conduzido por hipóteses sucessivas, de um lado, e a pesquisa empírica de outro”. É nesse contexto que Thompson defende a particularidade do objeto histórico e o historicismo, no sentido de que o fato deve ser compreendido dentro de sua lógica, causa e historicidade, pois a teoria sem a comprovação da evidência não é suficiente. Segundo ele, a evidência (matéria prima) em Althusser:

Existe apenas para ser trabalhada pela prática teórica (G2) até a conceituação estrutural ou conhecimento concreto (G3). Althusser é tão sucinto em relação à linguística e à sociologia do conhecimento quanto em relação à história ou antropologia. Sua matéria prima (objeto do conhecimento) é uma substância inerte, complacente, sem energia própria, esperando passivamente sua manufatura em conhecimento. Pode conter grosseiras impurezas ideológicas que podem ser expurgadas no alambique da prática teórica (THOMPSON, 1981, p. 15).

Dessa forma, Thompson (2001b, p. 252) compreende que o materialismo histórico não pode se limitar a qualquer teoria reducionista, como a lógica esquemática e mecanicista, que separa o todo em estrutura e superestrutura: “(...) devo abandonar o conceito, curiosamente estático de ‘base’ e ‘superestrutura’, pelo qual, na tradição marxista dominante, a ‘base’ vem identificada com o ‘econômico’”. O historiador inglês ainda destaca que Marx não pensava de forma compartimentada (economia de um lado e consciência social de outro), ao contrário, pensava isso de forma dialética.

Thompson (1981) argumenta que para o estruturalismo althusseriano, a História já está determinada de antemão pela teoria, o que substitui a necessidade do historiador mergulhar na análise do real. Uma vez que se conhece como a estrutura funciona, não é necessário o processo de consulta às fontes, pois a teoria apresenta previamente todas as respostas. Nesse sentido, a estrutura de Althusser adquire precedência em relação ao processo histórico. Ao examinar a política, economia, cultura e os demais aspectos sociais, a investigação paira ao redor da estrutura de determinação, sempre retornando a ela de modo a ignorar fatores mais complexos como poder, consciência e juízos morais. “As categorias interrogadas são somente as que o sistema de Althusser pode acomodar, as que não contêm nenhuma inferência histórica, social ou de valores” (MÜLLER. 2007, p. 122). O estruturalismo althusseriano recai na primazia do econômico sob as demais instâncias.

Contra essa concepção, Thompson (1981, p. 61) elucida que a História não pode ser compreendida como um discurso estático, previamente determinado:

A explicação histórica não revela como a história deveria ter se processado, mas porque se processou dessa maneira e não de outra; que o processo não é arbitrário, mas tem sua própria regularidade e racionalidade, que certos tipos de acontecimentos (políticos, econômicos, culturais) relacionaram-se, não de (uma) maneira que nos fosse agradável, mas de maneiras particulares e dentro de determinados campos de possibilidades; que certas formações sociais não obedecem a uma “lei”, nem são os “efeitos” de um teorema estrutural estático, mas se caracterizam por determinadas relações e por uma lógica particular de processo. E assim por diante. E muito mais. Nosso conhecimento pode não satisfazer alguns filósofos, mas é bastante para nos manter ocupados.

Para Thompson, Althusser representa um marxismo estruturalista que busca criar estruturas e superestruturas fixas que deem conta de explicar a realidade. Por conseguinte, o papel do historiador seria, apenas, o de encaixar a realidade dentro dessas estruturas. Logo, não seria necessário olhar para o movimento real da história porque as estruturas determinam e explicam os fatos. Sintetizando os mecanismos de Althusser, Thompson (1981, p. 24) discorre que:

O rigor formal de tais procedimentos é a única prova da “verdade” desse conhecimento e de que sua correspondência com os fenômenos “reais”: o conhecimento-concreto, assim estabelecido, traz consigo todas as “garantias” necessárias – ou todas as que podem ser obtidas. (...) Só podemos construir nosso conhecimento da história “*no conhecimento*, no processo de conhecimento e não no desenvolvimento do concreto real”.

A crítica de Thompson vem no sentido de denunciar a prática althusseriana ao considerá-la uma reprodução continuada da divisão entre teoria e prática, a separação absoluta entre pensamento e realidade que parece submeter o real ao procedimento teórico. Dentro dessa lógica, como aponta Müller (2007, p. 108): “A estrutura conceitual paira sobre o ser social e o domina (...), em Althusser, os procedimentos de análise tornam-se mais importantes que os tópicos analisados”.

Em *A Miséria da Teoria*, mais especificamente no capítulo sétimo, Thompson expande o argumento de que a História não obedece aos mesmos princípios das ciências que operam com leis gerais, mas sim que a disciplina tem sua própria lógica, a qual ele caracteriza como “Lógica Histórica”. Desse modo, a análise histórica deve considerar o acaso e a imprevisibilidade presente no fator humano:

Trata-se de uma lógica característica, adequada ao material do historiador. Não haverá utilidade em enquadrá-la nos mesmos critérios da lógica da física, pelas razões apresentadas por Popper e por muitos

outros; assim, a “história” não oferece um laboratório de verificação experimental, oferece evidências de causas necessárias, mas nunca (em minha opinião) de causas suficientes, pois as “leis” (ou, como prefiro, a lógica ou as pressões) do processo social e econômico estão sendo continuamente infringidas pelas contingências, de modos que invalidariam qualquer regra nas ciências experimentais, e assim por diante (THOMPSON, 1981, p. 48).

Thompson reivindica o historicismo presente no objeto histórico que deve ser analisado conforme sua lógica, ou seja, dentro de sua causa e particularidade. Por conseguinte, o historiador inglês questiona a noção de que a Teoria de Marx deva possuir necessariamente uma Sede (corpo geral de “*marxismo como teoria*”, a qual todas as disciplinas deveriam recorrer). A respeito disso, Thompson (1981, p. 55) enuncia que: “A pátria da teoria marxista continua onde sempre esteve, no objeto humano real, em todas as suas manifestações (passadas e presentes); objeto que, no entanto, não pode ser conhecido num golpe de vista teórico”.

Em relação a prática teórica, Perry Anderson consente com as críticas tecidas por Thompson à Althusser em *A miséria da Teoria*, e identifica na epistemologia althusseriana o que a tradição marxista costuma denominar como idealismo, uma vez que a teoria é vista como “um universo conceitual autogerador que impõe sua própria identidade sobre os fenômenos de existência material e social, em vez de se engajar em um diálogo contínuo com eles” (ANDERSON, 2018, p. 18). Como dito anteriormente, a teoria do conhecimento de Althusser é tributária a de Espinosa, bem como das escolas racionalistas do pensamento filosófico, e tende a exagerar a distância entre o “objeto real” e o “objeto histórico”. Tanto para Thompson como para Anderson, tal epistemologia com esse fundo metafísico é incompatível com o materialismo histórico.

O problema dos conceitos históricos segue acompanhando a disciplina, e a discussão continua necessária para construção do conhecimento científico. A vista disso, Thompson é enfático ao dizer que existem outras formas válidas de interrogar as evidências dentro dos parâmetros utilizados pela historiografia marxista. Para ele, tais conceitos devem ser vistos mais como expectativas do que como regras, de forma a possuírem uma flexibilidade necessária para o entendimento da História. Segundo Thompson (1981, p. 56):

Esses conceitos, que são generalizados pela lógica com base em inúmeros exemplos, são confrontados com as evidências, não propriamente como “modelos”, mas como “expectativas”. Não impõem como regra, mas apressam e facilitam a indagação das evidências, embora se verifique com frequência que cada caso se afasta da regra sob este ou aquele aspecto.

Dentro desse debate, podemos perceber a mencionada assimilação retroativa que Althusser faz da filosofia espinoziana, descrita por Thompson, a qual estabelece a profunda distinção entre teoria e evidência. Conforme Thompson, a ideia que o objeto de conhecimento, ou seja, a teoria (*idea*) é diferente do objeto real, isto é, a evidência e a história em si (*ideatum*) não é determinante para a exclusão de um pelo outro. Em suma, Thompson e Althusser reconhecem que uma coisa é a ideia e a outra coisa é coisa em si. Mas diante dessa dualidade, a solução encontrada pelo historiador e pelo filósofo são diferentes. Assim como Espinoza, Althusser tenta eliminar essa dualidade apontando a “causalidade estrutural” que se traduz no pensamento de que a *idea* (teoria e estrutura), predomina sobre a historicidade, o movimento real e o empírico.

Já para Thompson, ao invés de eliminá-la, é preciso manter a dualidade e estabelecer um diálogo entre teoria e evidência, estrutura e movimento. Para o historiador, ao realizar uma pesquisa, a ideia da luta de classe e a luta de classe em si devem dialogar trazendo à tona a forma como ela acontece, ou se ela acontece, por meio da historicidade. Sendo assim, ele entende que uma coisa é a teoria outra coisa é como acontece na prática, na realidade, no movimento real da história, movimento esse que deve ser analisado a partir da historicidade e particularidade dos objetos. Segundo Thompson, Althusser, estabelece um lugar de primazia à teoria e à lógica estrutural, e deixa em segundo plano a particularidade e a historicidade que é variável e indeterminada. Nesse sentido, para o historiador inglês, as evidências precisam das regras (teoria) para serem analisadas e interpretadas, mas não devem ser governadas ou determinadas por essas regras.

Apesar de concordar com os argumentos de Thompson no que tange à indiferença com que Althusser analisa os dados primários e fontes empíricas, isto é, a prática teórica das 3 generalidades, Anderson faz algumas ressalvas em relação as exposições de Thompson em seus escritos teórico-metodológicos.

Em primeiro lugar, Anderson (2018) aponta alguns limites na concepção teórica da “lógica histórica” e critica a falsa extraterritorialidade que Thompson defende, justificando que a lógica da disciplina é igual a de qualquer outra ciência. Para Thompson, o conhecimento histórico é limitado e provisório, não se enquadrando naquele conceito de ciência positiva, o qual acusa Althusser de propagar. Contudo, segundo Anderson (2018), nenhuma ciência do século XX se enquadra mais nesses moldes irrefutáveis e universais. Toda ciência está submetida a ser um conhecimento temporário, a fim de ser

questionado e revalidado. Isso não seria algo exclusivo da história, mas que está presente em qualquer ciência.

Outra questão suscitada por Anderson (2018) diz respeito a utilização de conceitos flexíveis. Thompson defende uma ideia de conceitos muito elásticos, afirmando que as categorias nunca abarcarão toda a realidade e, por isso, devem ser flexíveis. Por sua vez, Anderson (2018, p. 22) considera isso um problema, visto que um conceito deve ser executável, ou seja, deve buscar abranger uma totalidade e não cobrir especificidades históricas:

Sua argumentação [a de Thompson], com efeito, leva a reivindicação por uma legítima frouxidão de noções, que seria o privilégio do historiador. Mas a natureza do processo histórico não emite tal permissão especial. O fato de que seu objeto se modifica continuamente não isenta a disciplina da história da obrigação de formular conceitos claros e exatos para sua compreensão mais do que isentaria a meteorologia - uma ciência física cujos dados notoriamente se modificam bem mais rápida e mercurialmente que aqueles da própria história. Se o clima se mantém, em grande medida, imprevisível (e incontrolável), o meteorologista não se resigna a afirmações de aproximação inerente a seu estudo: ele busca recuar os limites do nosso conhecimento por meio de mais investigações científicas, que envolverão não menos, mas, sim, mais conceituação, de uma gama mais ampla de evidências. Assim é em qualquer outra ciência. A história não é exceção. Brecht certa vez observou que, se o comportamento humano parece imprevisível, não é porque não existem determinações, mas porque há muitas.

Segundo Anderson, a prática do historiador não deve estar isenta de suspeitas, e os conceitos podem ser descomprimidos, porém, o processo histórico “só pode ser absolvido pela reconstrução da multiplicidade complexa de suas reais determinações, o que sempre demandará mais – e mais rigorosa – conceituação”. (2018, p. 22). Para ele, Thompson enfatiza sua metodologia própria da “Lógica Histórica” em detrimento a epistemologia materialista, e se esquece de uma posição fundamental de Marx (1974, p. 101), que diz: “O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, portanto, unidade da diversidade...as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento”.

Ademais, Anderson não é negligente quanto as inúmeras variações em um único processo, mas é enfático ao argumentar que para a captura de determinadas mudanças – que naturalmente caracterizam a história – os conceitos devem ser precisamente formulados a fim de estabelecer algum arcabouço de invariância (por mais variações internas que a estrutura possa apresentar).

O historiador concorda com Thompson no sentido de que não deve ser tarefa do materialismo histórico e elaboração de conceitos estáticos indevidos, todavia, o marxismo apresenta categorias de análise que podem tanto teorizar os limites e as possibilidades da mudança histórica através da contradição, quanto caracterizar a dinâmica de processos de desenvolvimento específicos, a exemplo disso, as leis do movimento do capital:

As ausências e insuficiências de seu instrumento explicativo não estão, até hoje, em questionamento: Althusser as enfatiza tanto quanto Thompson. Porém, elas não são razão para uma retirada da empreitada teórica, mas para avançar em direção a análises mais plenas. Em outras palavras, as realidades da diversidade social e do fluxo histórico obrigam o historiador a ser mais rigoroso e produtivo na criação de conceitos, e não menos (ANDERSON, 2018, p. 22).

Nesse sentido, mesmo que seja impossível atingir uma exata objetividade através dos conceitos, não há motivo para a recusa em tentar se aproximar o máximo possível. Mesmo a falta de possibilidades experimentais “em laboratório” (termo usado por Thompson) não é exclusividade da História, já que também podemos observar essas ausências na astronomia.

Por conseguinte, Anderson questiona a afirmação de Thompson de que o conhecimento histórico seja “nada além de aproximativo” e explicita que a disciplina histórica não é incapaz de nos fornecer compreensões concretas acerca dos eventos. Segundo ele: “Acaso supomos que a data da Revolução de Outubro está sujeita a alteração no próximo século? O conhecimento exato e positivo nunca esteve além dos poderes da história: sua vocação, assim como a de suas disciplinas-irmãs, é expandi-lo.” (ANDERSON, 2018, p. 24).

Por fim, outra insuficiência apontada por Anderson, é que Thompson não apresenta uma resposta satisfatória sobre qual seria o objeto de análise da ciência histórica. Apesar de Thompson mencionar o uso da regra da realidade, de J. H. Hexter, a qual seria tarefa do historiador reivindicar “a história mais provável que pode ser sustentada pelas evidências relevantes existentes”, Anderson considera o uso do conceito inútil no contexto mencionado por Thompson, visto que ele não apresenta qual o objeto da pesquisa histórica e o que nela seria relevante. Afinal, quem decide o que é relevante ou não para uma pesquisa, são os próprios historiadores, e sem a escolha de um objeto/objetivo recaímos no erro de igualar história ao passado, ou seja, uma soma unitária do comportamento humano. Na visão de Anderson (2018, p. 24), “A lógica dessas proposições parece ser a de que a história é o registro de tudo que aconteceu – uma

conclusão notoriamente vazia para a qual quase todos os pensadores anteriores que se dedicaram ao tema deram um *fin de non recevoir*”.

Ao definir o objeto da história como sendo a história real, Thompson indica que a história é tudo o que tem evidência, o que não a difere de outras ciências. Além do mais, perante essa definição genérica, torna-se fácil igualar história e passado. Ora, enquanto marxista, argumenta Anderson (2018), Thompson deveria ser claro ao evidenciar que o objeto da história é a produção da vida material do homem, ou seja, a investigação das relações sociais de produção e reprodução.

A defesa da historicidade: o agir humano

Em *A miséria da teoria*, uma das críticas de Thompson ao estruturalismo de Althusser está voltada para a confusão que o filósofo faz sobre o método empírico de investigação. De acordo com o historiador inglês, Althusser confunde empirismo com empiricismo e, de forma equivocada, atribui a prática empiricista à História.⁶

Primeiramente, é necessário argumentar que o posicionamento de Thompson em relação à empiria como método advém de uma sistemática conduta de reposicionar o empirismo como um momento da historiografia, contra o avanço do que ele chama de teorismo estruturalista francês. De maneira mais precisa, a investigação empírica na obra de Thompson se evidencia contrariamente à perspectiva abstracionista de Althusser no que diz respeito à formulação de uma teoria “acabada” e “perfeita” para a disciplina histórica, com base nas tendências estruturalistas.

Nesse sentido, Thompson acusa Althusser de considerar que toda pesquisa que traz o agir humano e sua experiência é empiricista. Para o filósofo francês, a História não se vincula suficientemente a um método teórico, em contraponto ao estruturalismo que tende a hipervalorizar a teoria. Isso porque, a disciplina histórica sempre vai apresentar evidências e fontes que trazem particularidade e diferenciações e que, muitas vezes, não foram previstas pela teoria. Althusser classifica isso como falta de rigor e empiricismo. Por sua vez, Thompson (1981, p. 56) adverte que:

As evidências (e os acontecimentos reais) não obedecem a regras, e não obstante, não poderiam ser compreendidas sem a regra, a qual oferecem

⁶ Uma pesquisa empírica está relacionada a um estudo de caso e à coleta de dados que devem ser analisados a luz de uma determinada teoria. Já o empiricismo se caracteriza pelo desprezo total da teoria, conceitos e sistematizações teóricas. Aparece como uma radicalização do empirismo, onde a pesquisa de campo e seus dados bastam e se sobrepõem a qualquer concepção teórica. No empiricismo apenas os dados seriam suficientes para trazer validade à pesquisa e revelar a realidade, desvinculada de qualquer esquema teórico.

suas próprias irregularidades. Isso provoca impaciência em alguns filósofos (e mesmo sociólogos), que consideram que um conceito com tal elasticidade não é um verdadeiro conceito, e uma regra não é uma regra a menos que as evidências se conformem a ela, e permaneçam em posição de sentido no mesmo lugar.

Thompson defende que a pesquisa histórica pode ser empírica sem ser empiricista, na medida que se deve conciliar a evidência (dado real) com a teoria. Nesse sentido, ele aponta que o historiador deve realizar o diálogo entre teoria e a vivência dos agentes históricos. O historiador inglês defende o permanente diálogo entre teoria e evidência, de forma que a fonte não deve se encaixar dentro de uma lei governada pela regra. A teoria, para o historiador inglês, deve apenas “fixar limites” e “exercer pressões”. Dessa forma, a História deve realizar a articulação “entre o ser social e a consciência social e entre a organização teórica da evidência e o caráter determinado do objeto” (THOMPSON, 1981, p. 42).

É nesse sentido que Thompson se utiliza do método empírico. Para ele, é inaceitável desconsiderar os “modos de vida” e as vivências (entende-se aqui experiência) dos agentes históricos, que se manifestam e que fazem parte da luta de classe. Consonante a isso, Martins (2006, p. 117) ressalta que:

Thompson recusa a perspectiva althusseriana de tratar a experiência e a cultura apenas no terreno ideológico. Discorda de que os valores, como expressões culturais, sejam simplesmente impostos pelo Estado, através de seus aparelhos ideológicos. Isso, no entanto, não significa negar que os valores se encontram perpassados pela ideologia dominante, mas afirmar o caráter contraditório das necessidades materiais e culturais. E mais uma vez, a categoria experiência se impõe como necessária para ajudar a evidenciar a capacidade de homens e mulheres romperem com condições impostas.

Portanto, empiria em Thompson está diretamente relacionada com a categoria experiência que, por sua vez, vincula-se à agência. Para o historiador inglês, é possível testar as hipóteses através do método empírico, se devidamente executado. Acerca da problemática da ideologia impregnada nas fontes, Thompson não a desconsidera. Ao contrário de Althusser que visa uma “limpeza” através de sua prática teórica, o historiador entende que esta é parte integrante do significado do fato e deve ser considerado como objeto na pesquisa historiográfica.

Thompson situa seu empirismo entre os procedimentos designados a estabelecer o diálogo entre conhecimento (teoria e conceito) e realidade (fato e evidência). Segundo Soares (2011, p. 65) “o método empírico de investigação vem a ser o tribunal que decide

sobre a validade da correspondência entre representação e o real”, todavia, considera que o empirismo em Thompson seja “do tipo construtivista, isto é, o sistema teórico também tem o poder de ser um tribunal sobre a validade das sentenças, por isso o diálogo entre consciência e ser social”, afastando assim qualquer paradigma determinista.

A investigação empírica, para Thompson, é o que tem a capacidade de demonstrar os impactos dos acontecimentos na realidade, sejam eles estruturais ou casuais, através das vivências dos agentes históricos, e como estes têm a aptidão para refletir sobre determinada conjuntura, dando origem a novas práticas e pensamentos.

Em suma, seu objetivo é reinsserir o sujeito ativo na história, não apenas por meio de intelectuais e figuras de liderança, mas como pessoas comuns que são capazes de pensar e agir. Na contramão do abstracionismo de Althusser, a história, de acordo com Thompson, estará sempre sujeita a indeterminação e à mudança por meio da agência humana. Para Soares (2011, p. 72), Thompson:

(...) propõe que cada nova experiência é trabalhada por um sistema conceitual e afetivo que habitam o mesmo espaço no ser. O sujeito não seria o reflexo da estrutura econômica, ao contrário, dele sofreria pressão, contudo, agiria de forma reflexiva sobre essa mesma estrutura que criou. A experiência cria o cenário de uma história possível.

Nota-se que, para Thompson, apenas a teoria não é suficiente, ela não pode explicar e determinar tudo *a priori*. É necessário olhar para a história, compreender a ação humana, a política, a *práxis* e trabalhar metodologicamente o diálogo entre hipótese e evidência, que constituem a base da “lógica histórica”. É nesse sentido, que Thompson (1981, p. 15-16) reafirma a importância da “experiência” como categoria de análise:

Por mais imperfeita que seja, é indispensável ao historiador, já que compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento. (...) A experiência é válida e efetiva, mas dentro de determinados limites. (...) Mas a questão que temos imediatamente à nossa frente não é a dos limites da experiência, mas a maneira de alcançá-la, ou produzi-la. A experiência surge espontaneamente no ser social, mas não sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais e refletem sobre o que acontece a eles e a seu mundo.

Antes de discutir mais profundamente o conceito de experiência, é necessário entender sua significância na vida do autor. Como mencionado anteriormente, historiador e militante, Thompson não desvinculou sua pesquisa teórica de seu âmbito prático. Ao conhecermos brevemente sua biografia, observa-se desde muito cedo a inspiração para se engajar em movimentos sociais. De acordo com Melo Junior (2013, p. 300): “Em seus

país, Thompson encontrou o estímulo e o exemplo de ação política militante herdando a capacidade de se indignar contra as diferenças sociais.”

Antes mesmo de concluir sua formação acadêmica, na eminência da II Guerra Mundial, Thompson se alistou no exército inglês como voluntário e atuou no norte da Itália e também na frente africana. Com o fim da guerra, retornou à Inglaterra para concluir seus estudos, mas a princípio (ao contrário de seus colegas) não seguiu com os estudos de pós-graduação, voluntariando-se em uma brigada jovem de solidariedade à Iugoslávia, auxiliando na construção de ferrovias. Conforme tais vivências, Macedo (2017, p. 31) indica que:

Em termos mais gerais, é possível afirmar que as mobilizações populares antifascistas insurretas de 1943 – 1947 permitiram a Thompson vivenciar intensamente o que ele entendia como um momento prenhe de possibilidades, em que a ação humana consciente revelava suas potencialidades criativas.

Posteriormente, atuou como educador e pesquisador entre fins dos anos 1940 e meados de 1960, onde, observa Thompson (1997, p. 167): “Resolvi que o ensino para adultos era o domínio no qual eu queria trabalhar (...). Fiquei muitos anos em Yorkshire, onde aprendi muito, graças aos estudantes aos quais dava curso na Associação de Educação dos Operários.” A partir da própria experiência, Thompson percebeu que as classes atuavam de acordo com as circunstâncias de sua vivência, conforme suas expectativas e necessidades, e não a partir das determinações estruturais pré-determinadas. Diante disso, retornamos à questão da importância atribuída por Thompson a particularidade dos objetos históricos, que se analisados a partir de sua historicidade, podem emergir como conhecimento.

Por conseguinte, a Experiência (e não a estrutura) é o que vai determinar a consciência de classe, caracterizada por Thompson como “um fenômeno histórico, rompendo com visões teleológicas sobre ‘missões’ de classe ‘inscritas’ no modo de produção” (MACEDO, 2017, p. 45). Em última análise, a consciência de classe seria a síntese dos confrontos entre relações de produção e a forma como as experiências advindas dessas relações são tratadas em termos culturais. Sendo assim, a classe passa a ser entendida como uma formação tanto econômica quanto cultural, afastando-se de qualquer reducionismo economicista.

Os chamados “Silêncios de Marx” (mencionado por vários autores) se manifestam em diferentes termos. Para Althusser, aquilo que não foi aprofundado por Marx configura falta de austeridade, pressupondo uma teoria incompleta que precisa ser

lapidada através da lógica estrutural. Já em Thompson, o “termo ausente” se refere aquilo que estaria implícito na obra de Marx, longe de almejar a rigidez teórica:

Voltamos assim ao termo que falta, experiência, e enfrentamos imediatamente os verdadeiros silêncios de Marx. Não se trata apenas de um ponto de junção entre ‘estrutura’ e ‘processo’, mas um ponto de disjunção entre tradições opostas e incompatíveis. Para uma delas, aquela do dogma idealista, esses ‘silêncios’ são espaços em branco ou ausência de ‘rigor’ em Marx (incapacidade de teorizar plenamente seus próprios conceitos) e devem ser costurados aproximando os conceitos gerados conceitualmente pela mesma matriz conceitual. (...) Essa procura da segurança de uma teoria perfeita, totalizada, é heresia original contra o conhecimento (THOMPSON, 1981, p. 183).

No entendimento de Thompson, a sociedade capitalista apresenta formas de exploração simultaneamente econômicas, culturais e morais. Nesse sentido, as necessidades, os modos de vida, os costumes, hábitos e valores constituem parte da luta de classes. Thompson reafirma sua concepção do processo de formação de classe. Para ele, a classe se constrói historicamente tanto quanto é construída e de maneira particular, não sendo possível que seja determinada por uma teoria. Na medida que o ser humano se percebe como um ser social, ele se torna agente histórico, no comando de suas próprias ações:

As formações de classe surgem no cruzamento da determinação e da auto-atividade: a classe operária ‘se fez a si mesma tanto quanto foi feita’. Não podemos colocar ‘classe’ aqui e “consciência de classe” ali, como duas entidades separadas, uma vindo depois da outra, já que ambas devem ser consideradas conjuntamente – a experiência da determinação e o ‘tratamento’ desta de maneiras conscientes. Nem podemos deduzir a classe de uma ‘seção’ estática (já que é um *vir-a-ser* no tempo), nem como uma função de um modo de produção, já que as formações de classe e a consciência de classe (embora sujeitas a determinadas pressões) se desenvolvem num processo inacabado de *relação* – de luta com outras classes – no tempo (THOMPSON, 1981, p. 121).

De acordo com Thompson, a experiência e a agência não se limitam apenas a possibilidades discursivas, mas se revelam como um espaço de ação, na qual o sujeito constitui-se no seu próprio atuar. A classe se constrói em seu *fazer-se*, num dinamismo que articula condicionamentos sociais e ação humana. As experiências comuns podem resultar na formação de uma identidade que se coloca contra a identidade de outros homens conforme os interesses materiais e culturais opostos. Trata-se de um fenômeno histórico, isto é, definido enquanto os sujeitos vivem sua história em um movimento contínuo, sujeito a transformações provenientes da própria luta de classes: “(...) classe, mesmo, não é uma coisa, é um acontecimento” (THOMPSON, 2001a, p. 169).

Em suma, Thompson restabelece a importância do agir humano, capaz de ação consciente, na constituição dos processos históricos. O historiador considera que a experiência histórica e cultural seja o princípio unificador das ações humanas, ações essas que impactam e modificam a estrutura. A experiência é a categoria mediadora que executa o diálogo entre o ser social e a consciência social, entre o determinado e o indeterminado, o que garante o movimento da história.

O erro fundamental de Althusser, apontado por Thompson, é a repetida alegação de que “a história é um processo sem sujeito”, na qual pessoas comuns seriam meros veículos inconscientes do modo de produção. Nesse aspecto, Anderson concorda com as críticas elaboradas por Thompson referente a tal *modus operandi*, mas aponta que elas são anteriores ao historiador inglês, sendo, na verdade, já tradicionais dentro do marxismo. Mas para além desse ponto de convergência, Anderson desenvolve uma série de apontamentos sobre as duas grandes obras do historiador-militante, *A formação da classe operária inglesa* e *A miséria da Teoria*, apontando críticas aos conceitos de Agência e de Experiência.

As considerações de Anderson

Segundo Anderson, os conceitos de Agência e Experiência, trabalhados por Thompson são carregados de ambiguidade, o que suscita inúmeras questões. O livre arbítrio defendido por Thompson faz emergir o problema: “Qualquer que seja a nossa conclusão, no vaivém interminável da discussão sobre predeterminação e livre-arbítrio, [...] é extremamente importante que [...] nos consideremos ‘livres’ (o que Althusser não nos permitirá pensar)” (ANDERSON, 2018, p. 31). Contudo, na visão de Anderson, a noção de agência em Thompson exige cuidado, isso porque o uso do conceito da forma como está posto entende as ações dos sujeitos na forma de “iniciador ativo”, e além disso, este mesmo termo correlato (sujeito) também traz consigo noções ambíguas que podem indicar tanto o sujeito como agente soberano, como também alguém que está “sujeito” à subordinação. Para ele, o historiador inglês usa ambos os termos no sentido de “agentes livres” iniciadores ativos e soberanos. Após observado tais questões, é necessário distinguir então, os tipos de agência.

Enquanto Thompson sustenta a ideia de agência como atividade consciente e a busca por um objetivo, Anderson enxerga três diferentes formas de se pensar a agência, sendo elas; a agência privada, a coletiva e a de um coletivo de mudança. Para ele,

geralmente os indivíduos possuem tal liberdade em ações privadas, e não para tomar ações e escolhas coletivas de mudança. Nesse sentido, ele não concorda com a visão de Althusser onde “a história é um processo humano natural sem sujeito”, mas também critica a ideia de Morris (forte inspiração para Thompson) a qual “homens e mulheres são os agentes continuamente desorientados e ressurgentes de uma história indômita”. De acordo com Anderson (2018, p. 34), ambas as afirmações possuem caráter axiomático, e que não ajudam a “traçar os papéis reais e variáveis de diferentes tipos de iniciativas deliberadas, pessoais ou coletivas, na história”.

Entretanto, ao dialogar com Thompson, Anderson não está desconsiderando que tal forma de agência exista, “pois a noção de agência pode ser mantida, mesmo com premissas rigorosamente deterministas, se isso significar uma atividade consciente para um objetivo” (ANDERSON, 2018, p. 31). Porém, não se pode dizer que esta se apresenta em uma única forma, isso porque “se a agência é interpretada como atividade consciente, orientada por um objetivo, tudo se volta para a natureza dos ‘objetivos’, pois é óbvio que todos os sujeitos históricos se engajam em ações o tempo todo, das quais eles são ‘agentes’ nesse sentido restrito” (ANDERSON, 2018, p. 31). Em realidade, esse tipo de agência consciente voltada para a remodelação das estruturas sociais é bem recente, tal como sua própria noção remete a momentos antecedentes do Iluminismo. Segundo Anderson (2018, p. 33), seriam as revoluções francesa e americana as primeiras figurações de agência nesses moldes:

Originando-se como amplas explosões espontâneas e terminando em reconstruções político-jurídicas, no entanto, elas ainda permanecem a grande distância das manifestações de uma completa agência popular que deseje e crie novas condições sociais de vida para si mesma. É o moderno movimento trabalhista que verdadeiramente fez nascer essa nova concepção de mudança histórica; e é com o advento do que seus fundadores chamam de socialismo científico que, de fato, pela primeira vez, projetos coletivos de transformação social se casam com esforços sistemáticos para entender os processos do passado e do presente, a fim de produzir um futuro premeditado. A Revolução Russa é, nesse sentido, a encarnação inaugural de um novo tipo de história, fundada em uma forma de agência sem precedentes. Notoriamente, os resultados do grande ciclo de revoltas que ela iniciou estão, até o momento, distantes daqueles esperados no início. Mas a alteração do potencial de ação histórica, no curso do século XX, permanece irreversível.

Na interpretação de Anderson (2018, p. 33), no uso que Thompson faz do conceito “agência”, está imputado que todo ato de ação seja correspondente à busca consciente por determinado objetivo, de modo que “seu impacto retórico apoia-se nas evidências cotidianas de que as pessoas cuidam de suas vidas fazendo todo tipo de

escolhas, agindo com valores e perseguindo propósitos”. Em oposição a isso, aponta que: “Ainda assim, no entanto, é importante lembrar que há enormes áreas da existência que permanecem, em grande parte, fora de qualquer forma de agência organizada” (2018, p. 34).

Nesse sentido, Anderson identifica dois erros fundamentais a respeito do uso do conceito da forma como é apresentado. Segundo ele, Thompson “implicitamente identifica agência histórica com expressão da vontade ou da aspiração. Ao *longo de A Miséria da Teoria*, os termos com os quais ele concebe a agência tendem a ser existenciais em escala - escolha, valor decisão” (ANDERSON, 2018, p. 36) Ademais, Anderson argumenta que Thompson se esquece da força que as necessidades materiais exercem sobre as vontades, sejam elas coletivas ou individuais. A exemplo disso, cita as irredutíveis imposições materiais da escassez, visto que “a única admissão conjectural de variação histórica de Thompson a sua descrição de agência parece confirmar uma tendência de subestimar suas circunscrições objetivas” (2018, p. 38)

Em suma, Anderson (2018, p. 34-35) entende tal agência consciente de um propósito como uma área de autodeterminação que esteve em expansão nos últimos 150 anos, e que, na verdade, esse seja o objetivo real do materialismo histórico: “É exatamente esse o objetivo de uma revolução socialista, cujo propósito é inaugurar a transição do que Marx chamou de “reino da necessidade” para o “reino da liberdade”. Mas isso não seria possível sem o conhecimento necessário. Posteriormente, acrescenta:

O que lhes falta é alguma devida ênfase complementar nas dimensões cognitivas da agência. A prática soberana dos produtores associados conjecturada por Marx como a realização do comunismo não era apenas fruto da vontade, mas igual e inseparavelmente do conhecimento. Esse componente é central para qualquer estudo materialista das formas variáveis de agência social na história (ANDERSON, 2018, p. 36).

Tratemos agora sobre o termo Experiência. Em Thompson ele aparece com um sentido de vivência e aprendizagem, quase como uma “lição aprendida”. Nesse sentido, argumenta Anderson (2018) a palavra denota tanto uma ocorrência vivida pelos agentes, isto é, a textura subjetiva das ações objetivas, como também o processo subsequente de aprendizado por meio de tais ocorrências, resultando assim em uma alteração subjetiva capaz de modificar os objetivos posteriores. Contudo, a maioria dos grandes eventos históricos, a exemplo da guerra e da fome, não fez com que homens e mulheres repensassem sua organização social e forma de vida a partir da experiência que obtiveram ao viver tais acontecimentos. Segundo Anderson (2018, p. 40-41):

Thompson claramente assume que as lições ensinadas serão as corretas [...] O que assegura que uma experiência de perturbação ou desastre em particular inspirará uma particular (moral e cognitivamente apropriada) conclusão? [...] poucas experiências populares têm sido tão fortes e tão difundidas entre tantos milhões quanto o sentimento nacional - materialmente enraizado na localidade, na língua e nos costumes. O que essa experiência ensinou às massas exploradas da Europa em 1914? Que era certo e natural, mesmo que lamentável, eles lutarem uns contra os outros em uma escala sem precedentes. Teriam os quatro anos de massacre cruel que se seguiram desfeito essa ilusão, ensinando-os a refletir novas maneiras sobre a nação? Em alguns casos – para a maioria da classe trabalhadora e do campesinato russo, para muitos da classe trabalhadora italiana e para uma minoria alemã -, sim: a Terceira Internacional se desenvolveu precisamente a partir dessa matriz. Em outros casos, o mesmo não ocorreu: o patriotismo tradicional das massas inglesas e francesas foi moderado por certo pacifismo pós-guerra, mas não fundamentalmente modificado. Em outros casos ainda, o nacionalismo, pelo contrário, passou por uma exacerbação infernal: entre a pequena burguesia alemã e italiana, o campesinato austríaco, o lumpemproletariado húngaro, a derrota comprimiu as primaveras de vingança em fascismo. A experiência em massa da morte e destruição não trouxe, por si mesma, nenhuma iluminação necessária. (p. 40-41)

Além disso, Anderson argumenta que tal noção de experiência, enquanto lição aprendida, não pode ser sustentada, visto que a experiência enquanto tratamento subjetivo dos acontecimentos, em realidade, pode apontar em qualquer direção, de tal forma que eventos idênticos podem ser vividos pelos agentes e eles podem inferir conclusões totalmente opostas. É necessário então, segundo Anderson, identificar quais seriam as experiências válidas e inválidas dentro de uma perspectiva em que os antagonismos de classe se traduzem em ações por mudanças na estrutura, e não somente no âmbito cotidiano dos sujeitos. A vista disso, o autor considera que há uma lacuna nas descrições metodológicas de Thompson quanto aos critérios que definem a validade de tais “lições aprendidas”.

Continuando o debate com o autor, Anderson considera que Thompson não expõe suficientemente os fatores objetivos da formação do que entende como classe, relegando a consciência à fatores muito mais subjetivos e culturais do que a formações concretas de fato. Esse argumento está muito presente nas críticas que Thompson recebeu durante sua trajetória. Suas obras parecem carecer de descrições sobre a forma de capitalismo analisado, tal como suas construções e condições objetivas, de modo que “se concentra amplamente na experiência imediata dos produtores em vez de se concentrar no próprio modo de produção. [...] O resultado é uma desconcertante ausência de coordenadas objetivas” (ANDERSON, 2018, p. 45).

Nesse sentido, há também uma lacuna em seus escritos no que se refere às descrições das próprias formas de trabalho da classe operária naquele determinado contexto. Mesmo que haja certa concordância ao enfatizar que Thompson estava correto em sua afirmação que a classe trabalhadora não surge apenas e exclusivamente como derivada da revolução industrial, para Anderson (2018, p. 46), isso não justificaria uma análise que omitisse qualquer descrição direta da vida dos trabalhadores nas fábricas:

Algodão, ferro e carvão formam juntos praticamente a soma total da primeira fase da industrialização na Grã-Bretanha: mesmo assim, a força de trabalho direta de nenhum deles é tratada em *A formação da classe operária inglesa*. Na ausência de algum enquadramento objetivo estabelecendo o padrão geral da acumulação de capital nesses anos, há poucas chances de avaliar a importância relativa de uma área de experiência subjetiva na classe trabalhadora inglesa em contraste com outra. Proporções estão ausentes.

Outro problema na obra de Thompson, segundo Anderson, é deixar de mencionar o impacto combinado da Revolução Francesa e Americana para as transformações ocorridas no Ocidente. O significado desses dois grandes movimentos, sobretudo o da Revolução Francesa, “é incomparavelmente maior para a formação política da classe trabalhadora inglesa que, digamos, atitudes populares em relação ao crime. Ainda assim, o segundo tema recebe tratamento meticuloso, enquanto o primeiro é relegado à obscuridade” (ANDERSON, 2018, p 48).

Em sequência, há ainda a tentativa elaborada por Thompson de redefinir o conceito de classe, como se ela fosse insuficiente aos novos olhos do marxismo. De acordo com Thompson (2001, p. 169): “A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição”, igualmente, também coloca que “classe, mesmo, não é uma coisa, é um acontecimento”. Diante disso, Anderson expõe algumas restrições a tal definição. Em sua visão, Thompson se equivoca ao reformular (ou enfeitar demais) um conceito já consolidado para as análises materialistas da história, de modo que há uma tentativa de conciliar duas categorias distintas: classe e consciência de classe.

Anderson utiliza da crítica tecida por Cohen à Thompson em relação a definição apresentada, para afirmar que o que determina uma classe são as condições objetivas, ou seja, seu lugar dentro do modo de produção, estabelecido a partir do tipo de propriedade que alguém possui, ou se possui. Em outras palavras, é o tipo de propriedade que determina a posição que o sujeito ocupa nas relações de produção e a que classe ele

pertence. Para Anderson, a constituição de classe social não depende em nenhuma medida do que os sujeitos pensam, ou sentem, ou ainda se possuem consciência de classe ou não.

Em sua obra fundamental - *A teoria da história de Karl Marx* -, Cohen corretamente criticou a lógica da descrição de classe de Thompson, defendendo a tese marxista tradicional de que: [...] a classe de uma pessoa é estabelecida por nada além de seu lugar objetivo na cadeia de relações de propriedade... Consciência, cultura e política não contam na definição de sua posição de classe. De fato, essas exclusões são necessárias para proteger o caráter substancial da tese marxiana de que a posição de classe condiciona fortemente consciência, cultura e política. O conceito de classe como uma relação objetiva com os meios de produção, independente da vontade ou de atitude, não parece carecer de novas reafirmações (ANDERSON, 2018, p. 51).

Na perspectiva de Thompson, a classe só estaria formada após adquirir a consciência de si mesma. Anderson julga tal assertiva como um deslize epistemológico, visto que a classe está sempre em transformação. Nesse sentido, classe é algo que existe independentemente de sua consciência, de forma objetiva, o que situa as duas categorias analíticas de forma separadas e distintas. De acordo com Anderson (2018, p. 50), as definições de classe de Thompson têm como resultado: “reduzir a multiplicidade complexa de determinações objetivas-subjetivas, cuja totalização de fato gerou a classe trabalhadora inglesa, a uma dialética simples entre sofrimento e resistência, cujo movimento inteiro é interno a subjetividade da classe”.

Considerações finais

Ao longo deste trabalho, exploraram-se temas relevantes dentro do campo de pesquisa da Teoria da História e do Marxismo acerca do uso adequado dos conceitos para a análise histórica e científica. Debate esse, que permanece vivo e infundável tal como é de se esperar do processo epistêmico de construção do conhecimento. A vista disso, temos como ponto de partida o ano de 1956 e o XX Congresso do Partido Comunista, onde as revelações sobre os crimes cometidos por Stalin ocasionou cisões não apenas nos partidos comunistas mundo a fora, mas também proporcionou uma ruptura e quebra de expectativa com o marxismo ortodoxo entre alguns historiadores.

Especialmente entre os ingleses, destaca-se Edward Palmer Thompson, que desde antes de concluir sua formação como historiador, já estava vinculado a um grupo de pesquisadores que buscava analisar as mudanças sociais a partir de uma perspectiva mais ampla, isto é, que não se limitasse a questões econômicas e que centrasse sua análise

na vivência da classe trabalhadora, conhecida posteriormente como a história vista de baixo (*history from below*). Em um sentido oposto a esse movimento renovador dos ingleses, Louis Althusser assimila a filosofia estruturalista à teoria do materialismo histórico, na tentativa de consertar o marxismo que, para ele, ainda não havia se consolidado em uma metodologia suficientemente científica.

Esse debate também faz parte de um contexto de retorno da concepção humanista dentro da comunidade acadêmica, a qual reafirmava o papel e a liberdade dos homens nos processos históricos, ao mesmo tempo que colocava em segundo plano as determinações estruturais. Nesse sentido, a concepção althusseriana surge então como uma crítica ao humanismo-filosófico que estava se desenvolvendo principalmente entre os marxistas a partir da década de 1950.

Para isso, Althusser realiza um corte epistemológico nos escritos marxianos, onde estabelece uma ruptura entre o que foi escrito antes e o que foi escrito depois de *A ideologia alemã*. Segundo Althusser, os escritos anteriores a essa obra advinham de um Marx filosófico e humanista, que ainda não havia desenvolvido concretamente um método. É somente a partir de *A ideologia alemã* que podemos observar um Marx maduro, científico e racional. Desse modo, o filósofo francês reafirma o papel das determinações estruturais e sustenta o argumento de que um conceito centrado na ideia de “homem” não deve ser o ponto de partida de análise, visto que é um conceito burguês, herdado do iluminismo e utilizado dentro da lógica liberal.

Porém, em contraposição ao anti-historicismo althusseriano, Thompson contesta a assimilação feita por Althusser entre Marx e Espinosa. Thompson destaca que o filósofo francês, influenciado pela filosofia espinosiana e a partir do método das 3 Generalidades, induz uma separação desmoderada entre “objetos de conhecimento” e “objetos reais”, buscando eliminar a dualidade entre teoria e prática por meio da “causalidade estrutural”. A vista disso, Thompson argumenta que ao recusar a ideia de que os homens e as classes são sujeitos da história, Althusser acaba por reproduzir uma visão que negligencia a historicidade e a complexidade social. O historiador inglês defende uma abordagem histórica que valorize a particularidade do objeto, a evidência empírica e a necessidade de diálogo entre teoria e prática. Para isso, o historiador propõe a “Lógica Histórica” como um método que considera o acaso e a imprevisibilidade na análise histórica, rejeitando a rigidez estruturalista de Althusser.

Centrando-se na defesa da historicidade e na importância da empiria na pesquisa histórica, Thompson recusa a visão de Althusser que desconsidera a experiência humana

e acusa o filósofo francês de confundir empirismo com empiricismo. Ele argumenta a favor de uma abordagem empírica que integre teoria e evidência, buscando um diálogo entre conhecimento e realidade. Thompson defende a capacidade do método empírico de revelar as complexidades das vivências dos agentes históricos, por meio dos conceitos de “Agência” e “Experiência”. Com o objetivo de reinserir o sujeito na história, a Experiência (dos sujeitos), é mais um fator a ser observado no dentro dos processos históricos e na dinâmica da luta de classes. Para ele, abordar as manifestações culturais apenas no terreno ideológico é contribuir para a criação de uma interpretação a-histórica. Thompson considera que a Experiência é um “silêncio de Marx”, uma vez que as pessoas comuns (*ordinary people*) tem capacidade de refletir sobre determinada conjuntura e a partir disso dar origem a novas práticas e pensamentos.

Em relação a Agência, Thompson considera a relevância do uso desse conceito na construção dos processos históricos, rejeitando a noção de que a história é um processo sem sujeito. Segundo ele, a classe se forma dinamicamente através das experiências comuns, resultando em identidades moldadas por interesses materiais e culturais. É nesse sentido que o historiador afirma que “a classe operária se fez a si mesma tanto quanto foi feita” (THOMPSON, 1981, p. 121). Ele enfatiza a natureza histórica e contínua desse fenômeno, afirmando que a classe não é uma entidade estática, mas um acontecimento em constante transformação através da luta de classes. O historiador sublinha a importância do agir humano consciente, posicionando a experiência como mediadora entre o ser social e a consciência social. Em resumo, ele defende a capacidade da experiência histórica e cultural de unificar ações humanas, impactando e modificando as estruturas.

A crítica central de Thompson a Althusser reside na alegação de que a história carece de sujeito, uma posição também apoiada por Perry Anderson. Contudo, Anderson elabora algumas críticas às concepções de Agência e Experiência de Thompson. No texto, Anderson critica as concepções de Agência e Experiência do historiador inglês, destacando sua ambiguidade e levantando questões sobre o livre arbítrio. Ele questiona a visão de Thompson sobre agência, argumentando que o historiador inglês a utiliza de maneira ambígua, considerando os sujeitos como “agentes livres” iniciadores ativos dos processos e soberanos.

À vista disso, Anderson entende a agência se mostra de três formas: a privada, a coletiva e a de um coletivo de mudança, discordando assim da ideia que os indivíduos têm por si mesmos uma inerente liberdade e consciência para ações coletivas de mudança.

Para Anderson, apenas a terceira forma de agência está presente na obra de Thompson e, apesar de reconhecer a existência da agência consciente, ressalta a diversidade de formas que ela pode assumir.

Ao debater sobre Experiência, Anderson critica a visão de Thompson de que as lições aprendidas a partir das experiências vividas são corretas e universais. Ele argumenta que eventos idênticos podem levar a conclusões opostas, questionando a validade das “lições aprendidas”. Além disso, Anderson destaca lacunas nas descrições de Thompson sobre fatores objetivos na formação de classes e falta de ênfase nas dimensões cognitivas da agência. Ele critica a redefinição de classe proposta por Thompson, defendendo a tese marxista tradicional de que a classe é determinada por condições objetivas, independentemente da consciência individual. Em resumo, Anderson aponta inconsistências e lacunas nas teorias de Thompson, propondo uma abordagem mais rigorosa e abrangente para compreender agência e experiência na história.

Por fim, considera-se avaliar a posição e contribuição geral de Thompson comparando-a com a de seu antagonista, Althusser. Segundo Anderson, é possível observar uma simetria de oposições no uso dos conceitos pelos autores. Enquanto para Althusser a experiência imediata é considerada “empiricismo”, contaminada pelas “impurezas ideológicas” e também “o universo de ilusões - a *vaga experientia* de Spinoza, que induz apenas ao erro”, em Thompson ela aparece como a categoria articuladora entre o ser social e a consciência social através da agência. Contudo, Anderson considera necessário definir parâmetros metodológicos mais precisos em relação ao uso do conceito, já que Thompson inverte o erro de seu antagonista, identificando a experiência substancialmente como assimilação e aprendizado.

É claro que, as discussões procuram levar a um melhor caminho de análise, porém os três autores, apesar de não concordarem em tudo, têm importantes contribuições em seus respectivos campos de estudo. Por fim, por mais que esse seja um debate datado, mais do que saber quem está mais certo ou mais errado no uso correto dos conceitos, a importância do trabalho, produzido em um período de constantes ataques a legitimidade do conhecimento científico, principalmente entre as ciências humanas, está justamente em mostrar que tanto a história quanto as demais ciências sociais possuem suas categorias de análise, discussões e procedimentos teórico-metodológicos, que estão em constante debate e construção.

Referências

- ALTHUSSER, Louis. **Por Marx**. Campinas: Unicamp, 2015.
- ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o marxismo ocidental; Nas trilhas do materialismo histórico**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.
- ANDERSON, Perry. **Teoria, política e história: um debate com E. P. Thompson**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018.
- JUNIOR, J. A. C. C. M. *Edward Palmer Thompson (1924 – 1993)*. In: PARADA, M. (org.). **Os historiadores clássicos da história: de Tocqueville a Thompson**, v. 2. Petrópolis, RJ: Vozes: PUC-Rio, 2013, p. 300-324.
- MACEDO, F. B. **O (re)fazer-se da história: a obra de E. P. Thompson na produção discente do Programa de Pós-Graduação em História da Unicamp (1982-2002)**. Tese (Doutorado em História) – FFLCH-USP, São Paulo, 2017.
- MARTINS, S. A. *As contribuições teórico-metodológicas de E. P. Thompson: experiência e cultura*. In: **Em Tese**, Santa Catarina, v. 2, n. 2 (4), 2006, p. 113-126.
- MOTTA, L. E. *Pour Marx e Lire le Capital: convergências e divergências*. In: **Crítica Marxista**, Campinas, v. 44, 2017, p. 109-121.
- MÜLLER, Ricardo G. *Revisitando E. P. Thompson e a ‘Miséria da Teoria’*. In: **Diálogos**. Maringá. v. 11, N. 1-2, 2007, p. 97-136.
- SOARES, F. A. N. **A construção narrativa dos conceitos de estrutura e sujeito na obra A miséria da teoria de E. P. Thompson**. Dissertação (Mestrado em História) – UFRGS, Instituto de Ciências Humanas, Porto Alegre, 2011.
- THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria: ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- _____. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Organização e tradução de Antônio Luigi Nero e Sérgio Silva. Campinas: Editora da Unicamp, 2001a.
- _____. *Folclore, antropologia e história social*. In: NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Sérgio. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001b.
- _____. *“O espírito whig sem elitismo”* (Entrevista). In: BOURDIE, Pierre e MICELI, Sérgio (orgs.). **Liber – I**. São Paulo: Edusp, 1997.